



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município	Dia 12 de Setembro de 2017 Lei nº 661 de 09 de abril de 2007	Ano XI	Nº 1310
----------------------------	---	--------	---------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1384 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo/MG a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a participação do Município de MONTE CARMELO/MG no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM, na forma preconizada pela Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/07.

Art. 2º - Fica o Município, por intermédio de seu Poder Executivo, autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM.

§ 1º - A autorização de que trata esta Lei somente admite a participação do Município no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM constituído sob a forma de associação pública.

§ 2º - O Contrato do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM deverá ser entregue ao Poder Legislativo para conhecimento.

Art. 3º - Todo contrato de rateio firmado pelo Município será formalizado por exercício financeiro e seu prazo de vigência ficará limitado ao valor das dotações que o suportam.

Parágrafo único. A regra disposta no *caput* deste artigo não se aplica aos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou à gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos, ou ainda, convênios e termos congêneres.

Art. 4º - É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Art. 5º - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM, de natureza jurídica, criado sob a forma de associação pública, de natureza autárquica e integrará a Administração Pública Indireta do Município de Monte Carmelo/MG, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05.

Art. 6º - O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei por meio de Decreto.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 09 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1385 DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

“Autoriza a concessão de auxílio moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil que estejam desempenhando atividades no Município de Monte Carmelo e contém outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a concessão de auxílio moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, que estejam desempenhando atividades no Município de Monte Carmelo, conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 30, de 12 de Fevereiro de 2014.

Art. 2º - Fica autorizado a abertura de Crédito Especial no orçamento vigente no valor de R\$ 11.200,00 (onze mil duzentos reais) na seguinte programação orçamentária:

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Entidade: 04- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 36 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subunidade: 02- ATENÇÃO BÁSICA
Função: 10- SAÚDE
Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 4005 – SAÚDE INTEGRAL e HUMANIZADA PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2.305 - PROMOÇÃO À ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Elemento: 3. 3.90.48.00.00- OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Fonte: 102 - Receitas de Imp. e de Transf. De Impostos Vinc. à saúde

Valor: R\$ 11.200,00 (onze mil duzentos reais)

Art. 3º - Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Entidade: 02- PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO
Função: 04- ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 4001 – GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS. EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
Projeto/Atividade: 2.105 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO
Elemento: 3. 3.90.93.00.00- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Fonte: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 11.200,00 (onze mil duzentos reais)

Art. 4º - Fica autorizado a suplementação, se necessário, até o limite de 40 % (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 17 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1386 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

“Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e Indireta e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública

12/09/17

Municipal, tanto da Administração Direta quanto da Indireta, que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os débitos tributários e não tributários de que trata a presente Lei são os considerados vencidos até o **ano fiscal de 2016**, ou seja, **31/12/2016** e que tenham valor igual ou superior a **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até **60 (sessenta) parcelas, com os seguintes descontos**, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC:

- I – para pagamento à vista, redução de **100%** dos juros e multa moratória;
- II – para pagamento em até **04 (quatro) parcelas**, redução de **60%** dos juros e multa moratória;
- III – para pagamento em até **12 (doze) parcelas**, redução de **40%** dos juros e multa moratória.

Art. 2º. Aos contribuintes e devedores que parcelarem os débitos de sua responsabilidade, de natureza tributária ou não tributária, previstas nesta Lei **em mais de 13 (treze) parcelas não terão direito aos descontos nos juros e multas**.

Parágrafo único. O benefício previsto neste artigo será estendido aos contribuintes e devedores que estejam sendo cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

Art. 3º. Aos contribuintes e devedores, com débitos inferiores a **R\$8.999,00** (oito mil, novecentos e noventa e nove reais), mas confessarem seus débitos, poderão firmarem termo de parcelamento para pagamento em até **48 (QUARENTA E OITO) vezes**, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes benefícios:

- I – para pagamento à vista, redução de **100%** dos juros e multa moratória;
- II – para pagamento em até **04 (quatro) parcelas**, redução de **60%** dos juros e multa moratória;
- III – para pagamento em até **08 (Oito) parcelas**, redução de **40%** dos juros e multa moratória.

§ 1º. O parcelamento concedido será em parcelas iguais, mensais e sucessivas, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a **R\$ 50,00** (cinquenta reais) para pessoa física e **R\$ 200,00 (duzentos) reais** para pessoa jurídica.

§ 2º. Aos devedores em cobrança judicial, que confessarem os débitos e se comprometerem a efetuar o pagamento parcelado, nos termos deste artigo, serão concedidos iguais benefícios, desde que atendidas às condições estabelecidas no parágrafo único do art. 2º.

§ 3º. Os contribuintes ou devedores da Fazenda Pública Municipal, que confessarem seus débitos e firmarem termo de parcelamento, nos termos deste artigo, e não cumprirem o referido termo, ficando em atraso no pagamento por mais de **60 (sessenta) dias, ou por 02 (duas) parcelas alternadas** perderão os benefícios de redução de juros e multa moratória, voltando o débito aos valores confessados, dando, assim ensejo à imediata execução fiscal a ser promovida pelo Município.

§ 4º. As reduções de que trata esta Lei, não se acumulam com outras previstas na Legislação Tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

§ 5º. O crédito tributário de que trata este artigo, será atualizado até a data do efetivo parcelamento.

§ 6º. Os benefícios previstos neste artigo, não alcançam as importâncias já recolhidas.

§ 7º. Os contribuintes que parcelarem seus débitos, após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, terão certidões positivas, com efeito de negativas, com prazo de validade **não superior a 60 (sessenta) dias**.

Art. 4º. O parcelamento efetuado nas condições estabelecidas no artigo anterior abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive, aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 1º. O parcelamento será pago mensal e sucessivamente, a partir da data do deferimento do requerimento, sendo que, incidirão sobre as parcelas vincendas, atualização monetária.

§ 2º. O pagamento da 1ª (primeira) parcela deverá ser efetuado no ato

do deferimento do parcelamento.

§ 3º. O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas quando:

- I – em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, caso haja venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente, deverá preceder à respectiva transmissão do bem;
- II – em qualquer caso, havendo declaração de falência ou recuperação judicial e,
- III – em havendo inadimplência no pagamento das parcelas.

§ 4º. O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei, implica em sua desistência e em cancelamento automático do mesmo, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Art. 5º. O pedido de parcelamento importa em confissão irretratável e extrajudicial do débito e, implica em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem na desistência em relação aos já interpostos.

Art. 6º. O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial do crédito parcelado.

Art. 7º. Os créditos, objetos de parcelamentos pretéritos, efetivados antes da vigência desta Lei, poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, serem objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor, atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

Art. 8º. Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei, fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

Art. 9º. As dívidas tributárias já prescritas deverão ser dadas a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa no tocante à emissão de certidão negativa de débito (CND).

Art. 10. Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal, poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei, no período compreendido entre a sua publicação **até o dia 31 de Outubro de 2017**.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 23 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO

Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1387 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG E OS CONTRIBUINTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, de ofício, o encontro de contas entre o Município e os contribuintes, para a extinção de créditos tributários e fiscais, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei nº 5.172, 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dos artigos 368 e 369 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro.

§1º - Será admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria Municipal de Fazenda, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições de competência do Município vencidos, ainda que não sejam da mesma espécie, respeitando o previsto no art. 170 – A do Código Tributário Nacional.

§2º - A compensação será efetuada pela Secretaria Municipal de Fazenda, mediante despacho do Secretário, conforme dispuser o regulamento.

Art. 2º - Quando o montante do crédito do contribuinte for superior ao do débito, a Secretaria Municipal de Fazenda efetuará o pagamento da diferença ao sujeito passivo.

Art. 3º - Caso a quantia dos créditos do contribuinte seja inferior ao montante dos débitos próprios, após a compensação, o correspondente crédito tributário será:

- I. Extinto, no caso do saldo restante ser pago à vista; e
- II. Suspenso, no caso do saldo restante ser parcelado, fato esse, que será regulamentado por legislação específica a ser implementada para tal fim.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 23 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1388 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

“Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - Esta lei de Parcelamento do Solo Urbano é parte integrante da política municipal de desenvolvimento urbano e está em consonância com a Lei Complementar nº 11 - Plano Diretor do Município de Monte Carmelo.

Art. 2º - Para efeitos de aplicação desta Lei ficam definidas as seguintes expressões:

- I. **Acesso:** é a face do imóvel, lote ou gleba, confrontante com o logradouro público, dotado de infraestrutura;
- II. **Alinhamento:** é a linha divisória entre o terreno de propriedade particular ou pública e o logradouro público;
- III. **Área Urbana:** parcela do território contínua ou não, incluída nos perímetros urbanos definidos pela Lei Municipal nº 1179 de 04 de junho de 2014.
- IV. **Áreas Institucionais:** são áreas do loteamento destinadas ao uso institucional público;
- V. **Áreas Verdes:** são áreas do loteamento com restrição de uso onde a prioridade é a manutenção e restauração florestal, tendo como finalidade a preservação;
- VI. **Ciclofaixa:** faixa de circulação exclusiva de bicicletas, incorporada às vias urbanas e demarcada através de sinalização horizontal e vertical;
- VII. **Ciclovía:** pista destinada à circulação de bicicletas, separadas fisicamente do tráfego comum;
- VIII. **Condomínio Urbanístico:** é a divisão de imóvel urbano em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao perímetro do condomínio;
- IX. **Condomínio Urbanístico Vertical:** é a implantação de mais de uma torre de edifícios com mais de três pavimentos, sendo térreo mais dois no mínimo, compostos de múltiplas unidades habitacionais em um único lote ou gleba, de modo a criar ruas, praças, áreas de estacionamento e áreas de lazer de uso particular, em condomínio;
- X. **Condomínio Urbanístico Horizontal:** é a implantação de múltiplas unidades habitacionais de no máximo dois pavimentos compostas em um único lote ou gleba de modo a criar ruas, praças e áreas de lazer de uso particular, em condomínio;
- XI. **Desdobro de lote:** é a subdivisão de um único lote resultante de parcelamento;
- XII. **Desmembramento:** é a subdivisão de área em

lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, que ainda não tenha passado pela Lei de Parcelamento do Solo;

- XIII. **Ecoponto:** área de transbordo para materiais volumosos, recicláveis, podas vegetais e inservíveis;
- XIV. **Edifício condominial:** a implantação de uma única torre de edifício com mais de três pavimentos, sendo térreo mais dois no mínimo, em um único terreno ou gleba;
- XV. **Eixo da via:** é a linha que passa equidistante aos alinhamentos;
- XVI. **Fusão/unificação:** é a reunião de dois ou mais lotes para formar um novo lote ou área sem modificação no arruamento;
- XVII. **Equipamentos Comunitários:** são as instalações públicas destinadas à educação, cultura, saúde, lazer e similares;
- XVIII. **Equipamentos Urbanos:** são as instalações de infraestrutura urbana tais como: equipamentos de abastecimento de água; serviços de esgoto e coleta de água; instalações de energia elétrica; coleta de águas pluviais; rede telefônica; transporte; mobiliário urbano e outros de interesse público;
- XIX. **Faixa de Rolamento:** é a faixa destinada ao tráfego de veículos no leito carroçável;
- XX. **Leito Carroçável:** é a faixa destinada à circulação de veículos, pedestres, estacionamento para carga e descarga, parada para embarque e desembarque de ônibus e estacionamento de veículos;
- XXI. **Faixa de domínio:** é a extensão de terra que compõe uma via, formada pelo leito carroçável, pelas faixas destinadas à circulação de pedestres e pelas remanescentes da área como via pública;
- XXII. **Gleba ou faixa de terreno:** área de terra que não foi objeto de loteamento nem de desmembramento;
- XXIII. **Infraestrutura Básica:** são os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, conforme Lei Federal 9.785/99;
- XXIV. **Imóvel:** área definida que pode ser tanto rural como urbano, ou seja, tanto o imóvel rural, bem como o imóvel urbano, são bens individualizados e caracterizados, distintos dos demais, possuindo aspectos próprios e peculiares, sejam eles físicos (localização, área, limites e confrontações, condições da vegetação, entre outros) ou jurídicos (matrícula, registro, transcrição no Registro Imobiliário, entre outros);
- XXV. **Lote:** é o terreno servido de infraestrutura básicas cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- XXVI. **Loteamento:** a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos; modificações ou ampliações das vias já existentes;
- XXVII. **Parcelamento do Solo:** nome genérico à divisão em lotes podendo ser: loteamentos ou desmembramentos;
- XXVIII. **Passagem de pedestres:** é a que se destina ao uso exclusivo de pedestres;
- XXIX. **Profundidade do lote:** é a distância entre o alinhamento do lote e uma paralela a este, que passa pelo ponto extremo do lote em relação ao alinhamento;
- XXX. **Quadra:** é a área resultante de loteamento, constituída por agrupamento de lotes, delimitada por vias de circulação de veículos e podendo ter como limites as divisas desse mesmo loteamento;
- XXXI. **Recuo:** é a distância, medida em projeção horizontal, entre o limite externo da edificação e a divisa do lote, sendo que:
 - a) os recuos são definidos por linhas paralelas às divisas do lote, ressalvados o aproveitamento do subsolo e a execução de saliências em edificações, nos casos previstos em lei;
 - b) os recuos de frente são medidos em relação aos alinhamentos;
 - c) no caso de lotes irregulares, os recuos serão definidos em normas expedidas pelo Executivo.
- XXXII. **Área de Lazer:** são áreas destinadas ao uso público podendo incorporar áreas verdes, praças, áreas permeáveis, esporte, pomares e áreas de vegetação exótica;
- XXXIII. **Sistema Viário:** são áreas públicas destinadas à circulação de veículos e pedestres, com finalidade de ordenamento do crescimento e ordenamento da cidade e a comunicação entre os diferentes bairros e logradouros;
- XXXIV. **Testada do lote:** extensão da área lindeira e ou confrontante à via de circulação, sendo que em lotes de esquina a frente será considerada a menor dimensão;
- XXXV. **Via arterial:** via com largura mínima de 25 (vinte e cinco) metros, calçada de 04 (quatro) metros, pista de 17 (dezessete) metros e rampa máxima de 12% (doze por cento), caracterizada por poucas interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com

12/09/17

acessibilidade aos lotes lindeiros e as vias coletoras e locais, possibilitando o trânsito entre bairros e regiões da cidade;

XXXVI. Via coletora: via com largura mínima de 19 (dezenove) metros, calçada de 3,5 (três e meio) metros, pista de 12 (doze) metros e rampa máxima de 20% (vinte por cento), que tem por função coletar o tráfego das vias locais e alimentar as vias arteriais e expressas, garantindo o acesso aos bairros;

XXXVII. Via local: vias com largura mínima de 12 (doze) metros, calçada de 2,5 (dois e meio) metros, pista de 07 (sete) metros e rampa máxima de 30% (trinta por cento), que visa dar acesso aos lotes;

XXXVIII. Via expressa: via caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem intersecção em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;

XXXIX. Zona ou faixa não edificante: zonas onde são proibidas quaisquer tipo de edificação, definida em legislação Federal, estadual ou municipal a fim de preservar recursos hídricos ou de vegetação, por serem áreas sujeitas a inundações ou estarem sujeitas às restrições dos órgãos de proteção ambiental e ao patrimônio histórico;

XL. Zonas Urbanas: são porções do território que subdividem as áreas compreendidas pelos perímetros urbanos da sede do município, das sedes distritais e das áreas urbanas isoladas.

XLI. Parcelamentos urbanos de interesse social – são aqueles vinculados à política municipal de habitação através do Plano Local de Habitação de Interesse Social, destinados à população de baixa renda, implantados por agentes públicos ou entidades privadas, em conformidade com o Plano Diretor.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º - O parcelamento do solo está sujeitos à aprovação da Prefeitura, devendo atender aos seguintes princípios:

- I – Função socioambiental da propriedade e da cidade;
- II – Função social da propriedade urbana;
- III – Respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à ordem urbanística;
- IV – Urbanização compulsória;
- V – Ocupação prioritária e o adensamento dos vazios urbanos;
- VI – Capacidade de suporte da infraestrutura já existente.

Art. 4º - Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos na zona rural, devendo esta ser destinados à exploração agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativista.

Art. 5º- O loteamento fechado no Município de Monte Carmelo obedecerá aos ditames da Lei Municipal 1328 de 19 de outubro de 2016.

Art. 6º - O parcelamento do solo urbano somente será permitido dentro do perímetro urbano, nas zonas de expansão ou de urbanização específica e isoladas definidas pelo Plano Diretor, em glebas que tenham acesso aos seguintes melhoramentos:

- I – Rede de abastecimento de água;
- II – Rede de coleta de esgoto;
- III – Rede de energia elétrica e iluminação pública;
- IV – Rede viária de acesso pavimentada;
- V – Serviço de coleta de lixo;

Parágrafo Único: Os itens I, II, IV e V devem ser atestados pelo órgão responsável do Município e o item III pela empresa responsável pelo fornecimento de energia no Município.

Art. 7º - Nenhum parcelamento do solo urbano será permitido em:

- I - terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;
- II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública e lixo urbano, sem que sejam previamente saneados;
- III - terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;
- IV - terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V - áreas de preservação ambiental ou naquelas áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
- VI – Áreas onde houver proibição em virtude de leis de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico.

Art. 8º - Todo parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Monte Carmelo deverá

observar, além dos requisitos urbanísticos gerais previstos nas Legislações Federal e Estadual, os específicos previstos na presente Lei, e ainda, as disposições do Plano Diretor do Município.

Art. 9º – Fica instituída, para aplicação desta Lei, em obediência às demais determinações do Plano Diretor, a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo - CTAAPS do Município de Monte Carmelo, de caráter deliberativo, que analisará os processos de solicitação de novos projetos de empreendimentos e de parcelamento, uso e ocupação do solo de forma colegiada envolvendo as Secretarias Municipais: Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Educação e Cultura; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Governo; Saúde; Procuradoria Geral do Município e Departamento Municipal de Água e Esgoto– DMAE.

Parágrafo Único – O funcionamento desta Comissão será regulamentado por Decreto do Executivo.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO

Art. 10 – Os novos loteamentos deverão reservar os seguintes percentuais para o uso específico, tendo como base a área loteável:

- a) 5% (cinco por cento) para áreas verdes;
- b) 20% (vinte por cento) para vias de circulação;
- c) 5% (cinco por cento) para áreas institucionais.

§1º: O percentual descrito na alínea “a” poderá ser reduzido para até 3% (três por cento) a critério da CTAAPS, caso o loteador entregue as áreas verdes promovendo a restauração florestal, mediante estudo, justificativa e aprovação dos membros.

§2º: No caso de áreas de preservação permanente – APP, deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação, sendo permitido o cômputo das mesmas no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento.

§3º: O percentual descrito na alínea “c”, poderá ser diminuído para até 3% (três por cento), a critério da Comissão Técnica de Análise e Parcelamento do Solo, caso o loteador entregue a área com equipamentos comunitários implantados, mediante estudo, justificativa com aprovação dos membros.

§4º: Considerando as peculiaridades do loteamento e mediante a análise do Projeto, fica autorizado a CTAAPS diminuir as áreas do loteamento descritas nas alíneas “a”, “b” e “c”, mediante a elaboração de parecer técnico justificando a medida e a aprovação pela maioria simples dos membros da CTAAPS.

Art. 11 - Os loteamentos deverão observar e seguir os seguintes requisitos urbanísticos:

- I – A área mínima dos lotes dos novos loteamentos urbanos será de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados);
- II – A testada mínima será de 8,00 m (oito metros);
- III – Os lotes localizados em trechos de vias com declividade superior a 15% (quinze por cento) deverão apresentar testada mínima de 10 m (dez metros), sendo vedado seu desdobro;
- IV – O comprimento máximo das quadras deverá ser de 150 m (cento e cinquenta metros);
- V – Os lotes não poderão ser confrontantes com as Áreas de Proteção Ambiental e com as Áreas de Preservação Permanente (APP), com faixas “*non aedificandi*” de qualquer espécie e com sistemas de áreas verdes e de lazer, devendo ser separados dos mesmos pelo sistema viário;
- VI – As vias públicas dos novos loteamentos deverão articular-se com o sistema viário existente e inserir-se no sistema viário projetado, dando continuidade às vias e a ampliação da hierarquia viária. Caso não seja possível a continuidade das vias existentes, deverá ser implantada uma via arterial com finalidade de proceder a interligação dos loteamentos existentes com os novos loteamentos, desde que justificado pelo loteador, analisada e aprovada pela CTAAPS.

VII - As vias públicas deverão harmonizar-se com a topografia local e garantir o acesso público às áreas de uso comum e as áreas privadas;

VIII – A área destinada ao uso institucional deverá ser plenamente edificável, contínua e não deverá ter declividade superior a 15% (quinze por cento), com testada mínima de 20% (vinte por cento) e máxima de 80% (oitenta por cento) da profundidade do lote, sendo que a municipalidade através de seus órgãos competentes poderá solicitar alteração do local proposto pelo empreendedor, a fim de contemplar as reais necessidades do município;

IX - Nos loteamentos, as vias deverão respeitar as seguintes metragens:

Art. 2º - A presente concessão fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições pelo donatário, sob pena de reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município:

- I. Utilizar a área para fins comerciais da referida empresa;
II. Não ceder ou locar o imóvel a terceiros;
III. Não permitir que terceiros se apossem do imóvel, dando conhecimento à Prefeitura de qualquer turbacão;
I
V. Pagar todos os encargos financeiros, tais como impostos, taxas, contribuições e emolumentos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel.

Parágrafo único: As condições constantes deste artigo deverão ser registradas na matrícula do imóvel.

Art. 3º - O prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, contados da assinatura do respectivo termo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 06 de setembro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PORTARIA Nº 8132 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede licença prêmio que específica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) MARCIA MARIA RODRIGUES DIAS, matrícula 27065, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇO LIMPEZA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pelo período de 01/09/2017 a 30/09/2017, referente ao Quinquênio 2006-2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos em 01/09/2017.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 11 de setembro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 237](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)

Art. 15 - As vias públicas e quadras devem articular-se com o sistema viário adjacente, existente ou projetado devendo haver continuidade das vias, mantendo ou ampliando a hierarquia e a largura das vias e devendo ser orientadas pelas condições topográficas.

- §1º** - O parcelamento de solo para fins urbanos só será permitido dentro do perímetro urbano e em glebas situadas até 500 m (quinhentos metros) do sistema de transporte coletivo urbano.
- §2º** – As vias deverão obedecer o disposto no art. 11, inciso IX desta Lei.
- §3º** - Fica proibida a existência de vielas, becos e ruas sem saída nos novos loteamentos.
- §4º** - O loteador fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de infiltração, retenção ou retardamento do fluxo de águas pluviais, atendendo às especificações do Município.

Art. 16 - Os loteamentos confrontantes com faixas de domínio de rodovias municipais, estaduais ou federais, ferrovias, gasodutos e linhas de transmissão, deverão ter vias marginais implantadas pelo loteador de modo a promover a conciliação com a hierarquia viária.

Art. 17 - A articulação do sistema viário deverá seguir os seguintes critérios:

- I – Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de raio mínimo de 02 m (dois metros);
- II – Nos cruzamentos irregulares poderá haver alteração de concordância a critério do órgão competente da Prefeitura;
- III - A conformação e dimensão das praças de retorno deverão permitir a inscrição em círculo de diâmetro mínimo de 20 m (vinte metros).
- IV - A largura de uma via que constituir prolongamento de outra não poderá ter largura inferior a esta.

**CAPÍTULO IV
REQUISITOS TÉCNICOS PARA O PARCELAMENTO DO SOLO**

**SEÇÃO I
DOS LOTEAMENTOS**

Dos pré-requisitos do anteprojeto

Art. 18 – A elaboração do anteprojeto será precedida de fixação de diretrizes por parte da Prefeitura, a pedido do interessado, instruído com os seguintes documentos, em 02 (duas) vias:

- I – Requerimento (Formulário 01), assinado pelo proprietário do terreno ou gleba, com firma reconhecida sendo que, no caso de haver mais de um proprietário, o pedido deverá ser assinado por todos ou por procuração com poderes especiais para tal devidamente qualificado em Cartório;
- II - Matrícula atualizada da área;
- III - Levantamento planialtimétrico, da área na escala 1:1.000 assinado pelo proprietário e por profissional habilitado registrado no Conselho competente e na Prefeitura, com curvas de nível de metro em metro, observado o R.N. Oficial, indicando com exatidão os limites da área em relação aos terrenos vizinhos, cursos d'água e sua denominação, tipos de vegetação existentes, construções existentes, equipamentos urbanos no local e adjacências, vias oficiais e situação da área na escala 1:10.000 que permita o seu perfeito reconhecimento e localização;

§1º: Caso a decisão seja pelo deferimento da possibilidade da solicitação, esta indicará no próprio texto a legislação a ser seguida e os documentos a serem anexados para a primeira análise prévia.

§2º: O prazo para análise pela CTAAPS é de até 45 (quarenta) dias corridos, contados da data de protocolo na Prefeitura.

Da aprovação do anteprojeto

Art. 19 – Para aprovação do Anteprojeto deverá ser apresentado para CTAAPS os seguintes documentos em 02 (duas) vias:

- I. Requerimento (Formulário 02) devidamente preenchido disponibilizado pela Prefeitura solicitando a aprovação do anteprojeto;
- II. O anteprojeto devidamente assinado pelo profissional qualificado e pelo (s) proprietário (s) contendo a planta em 02 (duas) vias em escala 1:1000 contendo as seguintes informações:

- a) A exata localização do empreendimento com as coordenadas UTM's e as condições de seu entorno;
- b) Levantamento dos equipamentos, comércio e dos

Vias/ Características	Arteriais	Coletoras	Locais
Largura Mínima	25m	19m	12m
Calçada	4m	3,5m	2,5m
Pista	17m	12m	7m
Rampa Máxima	12%	20%	30%

- a) Quando houver canteiro central, este deverá ter largura mínima prevista no Projeto de 03 m (três metros), ficando a critério da CTAAPS sua destinação.

X - Nos loteamentos, os passeios a serem implantados pelos futuros proprietários deverão conter as seguintes características (modelo no anexo):

- a) 1/3 (um terço) de área permeável, devendo o loteador promover o plantio de árvores conforme projeto de arborização urbana de acordo com as diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente;
- b) Os primeiros 50 cm (cinquenta centímetros) contados a partir da linha externa do alinhamento do meio-fio serão considerados área não edificante para implantação de mobiliário urbano, sendo que esta área poderá ser computada como área permeável desde que seja implantada com material drenante;

- c) Preservar no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para passagem livre de pedestres.
- XI - Os loteamentos com área superior a 12 (doze) hectares ou que disponham de mais de 400 (quatrocentos) lotes, deverão reservar e implantar um Ecoponto destinado à colocação dos resíduos sólidos urbanos, diferenciados da coleta domiciliar, a ser regulamentado de acordo com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
- XII – Apresentar Plano de Arborização;

Parágrafo Único – As testadas dos lotes localizados nas esquinas e cruzamentos deverão dispor de no mínimo 10,00 m (dez metros), sendo vedado o desdobro de lote, nestes locais, que resulte em testada inferior ao estabelecido nesta lei.

Art. 12 - Nas planícies aluviais, várzeas e áreas de preservação permanente, não serão permitidos parcelamentos de qualquer espécie.

Art. 13 – Será exigida a implantação pelo loteador da seguinte infraestrutura básica nos novos loteamentos:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de abastecimento de água;
- IV. Rede de coleta de esgoto sanitário;
- V. Rede pública de distribuição de energia elétrica;
- VI. Guias e sarjetas;
- VII. Rede de coleta de águas pluviais;
- VIII. Pavimentação do leito carroçável das vias de circulação, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de nome de ruas nos moldes da Lei Municipal nº 1338 de 02 de janeiro de 2017 e conforme modelo constante no anexo desta Lei,
- IX. Arborização, segundo orientação municipal e do Plano de Arborização Urbana;
- X. Construção de caixas d'água (quando exigido pela concessionária local);
- XI. Nos loteamentos com área superior a 12 (doze) hectares ou que disponham de mais de 400 (quatrocentos) lotes, deverão reservar e implantar equipamento público destinado à colocação de resíduos sólidos denominados de Ecopontos conforme o Art. 11, inciso XI, desta Lei a ser regulamentado caso a caso;
- XII. Pavimentação das calçadas do entorno das áreas verdes e institucionais;

**SEÇÃO I
DAS ÁREAS VERDES E INSTITUCIONAIS**

Art. 14 - A localização das áreas verdes, sistemas de lazer e áreas institucionais poderá sofrer alterações determinada pela CTAAPS.

- §1º** - A área destinada ao uso institucional deverá ser plenamente edificável e continua e não deverá ter declividade superior a 15% (quinze por cento).
- §2º** - Nos casos em que a gleba a ser loteada apresentar ocorrência de Área de Preservação Permanente – APP, nos termos da legislação federal, o percentual correspondente não entrará no cálculo das áreas públicas;
- §3º** - Em caso excepcional, e com parecer favorável da CTAAPS, poderá haver descontinuidade nas áreas previstas no Art. 10, alíneas “a”, “b” e “c” desta lei, do montante que ultrapassar os 10.000 m² (dez mil metros quadrados).

SEÇÃO II

“**Art. 9º:** Os membros indicados ao conselho cumprirão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo único: Os membros serão indicados por instituições conforme o art. 4º da presente Lei”.

Art. 5º: Ficam revogados os arts. 8º, 10 e 11 da Lei 1333 de 07 de dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 093 de 26 de fevereiro de 1998.

Art. 6º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 23 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1390 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

“Disciplina a realização de feiras, exposições e eventos no Município de Monte Carmelo e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - A realização, no Município de Monte Carmelo/MG, de feiras, exposições e eventos cuja finalidade precíua seja a comercialização, venda a varejo ou atacado de produtos, bens ou serviços de qualquer natureza, depende sempre de licença prévia do Poder Executivo, independentemente de serem realizados em recintos abertos ou fechados.

- Classificam-se como feiras, para efeitos desta Lei, a exposição, para venda imediata ou posterior, de produtos, bens ou serviços, organizados em estandes ou espaços específicos ou não, para tal finalidade, bem como a instalação de estabelecimentos em apenas alguns dias do mês ou do ano, comercializando, locando, ou sublocando espaços para o comércio de bens, produtos ou serviços;
- Considera-se local aberto, para os efeitos desta Lei, os logradouros públicos ou particulares, ou áreas de terrenos infraestruturados para a realização de feiras ou eventos;
- Considera-se local fechado, para os efeitos desta lei, os clubes, os galpões, centros de eventos, salões, armazéns e quaisquer outros espaços que possam ser destinados à realização de feiras, exposições ou eventos, independentemente da possibilidade de controle da entrada de público e dos participantes;

§1º - Excetuem-se das disposições desta Lei, feiras, exposições e demais eventos similares que:

- Sejam instituídas ou decorram de programas do Poder Público Municipal;
- Tenham natureza exclusivamente filantrópica, ou aquelas sem finalidades lucrativas realizadas ou promovidas por entidades assistenciais, filantrópicas, ou associações comunitárias do Município de Monte Carmelo/MG, instituídas há mais de 01 (um) ano, contado retroativamente da data de realização do evento;
- Tenham caráter exclusivamente promocional para difusão da arte, da cultura ou das ciências;
- Sejam promovidas e realizadas por entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços e associações de classes estabelecidas no Município de Monte Carmelo/MG, há mais de 01 (um) ano, contado retroativamente da data de realização do evento;
- Sejam promovidas e realizadas por entidades de saúde de ação regular, já estabelecidas há mais de 05 (cinco) anos, de reconhecida ação no Município, sem fins lucrativos;

§2º - Consideram-se festas religiosas as abaixo relacionadas, realizadas nas seguintes datas:

- Festa de Nossa Senhora de Fátima – 10/05 a 15/05
- Festa de São Cristóvão – 05/05 a 07/05

- Festa de Nossa Senhora do Carmo – 14/07 a 16/07
- Festa de Nossa Senhora do Rosário – 22/09 a 01/10

§3º - Os locais das festas religiosas, descritas no parágrafo anterior, serão estipulados em comum acordo entre o Município e as paróquias respectivas.

Art. 2º - A realização de feiras, exposições e outros eventos similares de que trata o artigo 1º desta Lei, salvo as exceções previstas, não poderá ter duração superior a 09 (nove) dias consecutivos, com horário correspondente ao fixado para o funcionamento do comércio local no mesmo período.

Art. 3º - O requerimento da licença de funcionamento de feiras, exposições e eventos itinerantes deverá ser protocolado com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data programada para o início do evento, devendo obrigatoriamente ser instruído com os seguintes documentos:

- Certidão do Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade do imóvel destinado à realização do evento;
- 01 (uma) via do contrato de locação, devidamente registrado, quando se tratar de imóvel locado para a realização do evento;
- Planta com *layout* da distribuição dos espaços destinados aos expositores ou feirantes, assinados por Engenheiros com Responsabilidade Técnica, destacando-se os espaços destinados aos órgãos de fiscalização do Estado e do Município, de defesa do consumidor, vigilância sanitária e segurança pública, incluindo a reserva prevista no artigo 4º desta Lei, constando, ainda, as áreas de circulação, indicação de entradas, saídas de emergência, localização e identificação de instalações sanitárias na proporção de 02 (dois) banheiros masculinos e 02 (dois) banheiros femininos para cada 100 (cem) quadrados de área ocupada pelo evento, sendo que o local de realização do evento deverá ser devidamente ventilado, de fácil acesso, inclusive para deficientes físicos, e com saídas amplas em caso de emergência, e possuir sistema de segurança para garantia do bem estar e tranquilidade dos visitantes e expositores;
- Comprovação de protocolo junto ao Corpo de Bombeiros do projeto de prevenção contra incêndio e pânico, e ainda comunicado da realização do evento à Polícia Militar (segurança);
- Alvará de localização do estabelecimento que abrigará a feira, se for o caso de realização em local que já possua inscrição municipal, o que não eximirá da obrigação do inciso anterior;
- Comprovação do recolhimento do valor devido pela concessão da licença de funcionamento mencionada no *caput*, correspondente ao estabelecido na legislação tributária municipal, para o organizador da feira e para cada estande ou unidade de comercialização que pretenda se estabelecer no evento;
- Parecer prévio favorável da fiscalização municipal respectiva quando houver utilização de fonte sonora, ou declaração de não utilização de som sob as penas da lei;
- Parecer prévio da Secretaria Municipal de Saúde quando houver comercialização de produtos de origem animal ou vegetal, ou declaração de não comercialização do organizador sob as penas da lei;
- Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do organizador ou promotor do evento e de todas as pessoas jurídicas que dele participem, direta ou indiretamente;
- Cópia autenticada do contrato social e última alteração contratual do promotor ou organizador,
- Certidão de regularidade fiscal do organizador da feira, bem como de todos os participantes, expedida e firmada por autoridade dos municípios nos quais tenham sede;
- Certidão negativa de débito da receita federal, referente ao organizador ou promotor do evento;
- Certidão negativa e débito da receita estadual do organizador do evento, expedida pela Secretaria da Fazenda do (s) Estado (s) onde tenham sede;
- Certidões negativas de débitos da receita municipal do promotor ou organizador e de todos os participantes;
- Apólice de responsabilidade civil para cobertura de danos pessoais, materiais e morais que atinjam visitantes, frequentadores, clientes da feira ou evento, bem como de servidores públicos e trabalhadores em serviços;

loteamentos será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir publicação do Decreto no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único: O prazo estabelecido no *caput*, poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa a ser apresentada pelo loteador e aprovada pela CTAAPS.

Art. 31 – Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis a execução do projeto obedecerá à seguinte sistemática de prévia execução das obras:

- Atendidas pelo projeto todas as disposições legais será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS assinada pelo Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
- A autorização para a execução das obras é válida por até 24 meses, podendo ser prorrogada, uma só vez, por mais 24 meses, e vencidos esses prazos sem execução o projeto será arquivado ou a caução será executada para finalização da obra, de acordo com a conveniência do Município.
- O empreendedor deverá facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;
- Após a execução de todas as obras a que se refere a autorização, deverá ser solicitado ao órgão competente a respectiva vistoria;
- Após a vistoria, os responsáveis pela tal emitirão relatório e laudo técnico assinados e os remeterá para análise da CTAAPS;
- Após análise dos relatórios e laudo técnico, a CTAAPS encaminhará ao órgão competente parecer sobre a aceitação ou não das obras;
- Sendo aceitas as obras de infraestrutura a Prefeitura expedirá certidão de conclusão das obras e o termo de recebimento provisório e procederá a retirada da caução dos lotes.

§1º - O termo de recebimento provisório tem validade de 06 (seis) meses. Verificada a integridade e a manutenção das condições de conservação e a inexistência de vícios construtivos ocultos a Prefeitura providenciará o Termo de Recebimento Definitivo do loteador.

§2º - A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não substitui e não exime o loteador de prestar garantia dos serviços de infraestrutura implantados, nos moldes do Código Civil/2002.

§3º - A liberação da caução ocorrerá somente após a comprovação e aceitação pela Prefeitura, da execução das obras, sendo autorizado a liberação parcial conforme cumprimento da execução das obras de infraestrutura e a critério da CTAAPS.

Art. 32 - A Prefeitura somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município.

Art. 33 - Não caberá à Prefeitura qualquer responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que os interessados venham a encontrar.

SEÇÃO II DOS DESMEMBRAMENTOS

Art. 34– Os interessados em promover o desmembramento de áreas urbanas deverão apresentar o projeto no Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, mediante protocolo assinado por responsável técnico legalmente habilitado, que deverá conter:

- | | |
|------|---|
| I. | Requerimento Padrão; |
| II. | Cópia dos documentos pessoais – CPF, RG – do Requerente; |
| III. | Certidão de matrícula atualizada do imóvel; |
| IV. | Certidão negativa de débitos municipais; |
| V. | Prova de quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do imóvel referente aos últimos cinco anos; |
| VI. | Mapa e memorial descritivo da área a ser desmembrada, em 05 (cinco) vias, contendo: <ol style="list-style-type: none">Localização da área;Situação atual da área a ser desmembrada;Localização das edificações existentes;Descrição perimétrica dos lotes resultantes;Assinatura de todos os confrontantes da área;Memoriais descritivos e justificativos de cada projeto;Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. |

§1º – Fica proibido o desmembramento em áreas alagadiças e/ou de preservação permanente.

§2º - Em toda a zona urbana, não se admitirá lotes com testadas inferiores ao previsto nesta lei.

§3º - Não serão permitidas áreas inferiores a 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados) e testada mínima inferior a 8,00 m (oito

metros) mesmo que haja englobamento de áreas e novos fracionamentos.

Art. 35 – O desmembramento deverá ser aprovado pela Administração Pública Municipal com expedição de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, obedecidos os procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 36 - Após a aprovação, o projeto de desmembramento, deve ser remetido ao registro imobiliário no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do ato, sob pena de caducidade.

SEÇÃO III DA FUSÃO E DO DESDOBR O LOTE

Art. 37 - Os interessados em promover a fusão ou desdobro de lotes de terrenos urbanos deverão apresentar o projeto no Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, mediante protocolo, assinado por responsável técnico legalmente habilitado, que deverá conter:

- requerimento padrão;
- mapa e memorial descritivo do lote desdobrado ou fundido, da quadra modificada e do loteamento, com a indicação das medidas de cada um dos lados, proprietários dos imóveis confrontantes, antes e depois do procedimento, em 03 (três) vias físicas e 01 (uma) via em mídia, número de matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.
- ART (anotação de responsabilidade técnica) com comprovante de recolhimento de respectiva taxa;
- certidão de matrícula do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis local com data máxima de 30 (trinta) dias;
- A área mínima dos novos lotes urbanos será de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados), com testada mínima de 08 (oito metros).

Art. 38 - O Setor de Cadastro Imobiliário, através de seus fiscais imobiliários ou de obras, promoverá vistoria no local do imóvel que se pretende desdobrar ou fundir e submeterá o mapa à aprovação da Coordenação Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 39 - Apresentando irregularidades, o interessado será notificado pelo Setor de Cadastro Imobiliário das exigências necessárias para a regularização do projeto, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para promover sua adequação.

Parágrafo único – Retificado o projeto ou decorrido o prazo acima, o Setor de Cadastro Imobiliário certificará o cumprimento ou não das exigências acima relacionadas, submetendo o Projeto ao (a) Secretário (a) Municipal da Fazenda, por meio da Diretoria de Arrecadação, a quem caberá deferir ou não o requerimento apresentado.

Art. 40 - Deferido o requerimento do desdobro ou fusão pela Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Diretoria de Arrecadação, expedir-se-á uma certidão descritiva do imóvel, antes e depois do procedimento, termo de verificação da infraestrutura e certidão de alteração do loteamento, quando couber.

Art. 41 - Uma via de toda a documentação apresentada será arquivada pelo Setor de Cadastro Imobiliário.

Art. 42 - A aprovação administrativa do desdobro de lotes de terrenos em medidas inferiores às exigidas nesta lei obedecerá aos seguintes requisitos:

- os lotes desdobrados deverão ter área mínima de 125,0 m². (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 5,0 m (cinco metros);
- em cada um dos lotes desdobrados deverá haver pelo menos uma edificação com acesso independente para a via pública, com no mínimo 15 (quinze) anos de edificação.
- deverão estar localizados nos bairros: Chácara do Trevo, Chácara Jardim Oriente, Santa Rita I, II, III e IV, Lagoinha, Sidônio Cardoso, Campestre, São Sebastião, Santo Agostinho, João Teodoro Borges, Morada do Sol, ou equiparados a zona de interesse social.

Art. 43 - Para fins de comprovação da idade das edificações existentes no imóvel, poderão ser utilizados os documentos abaixo relacionados:

- Alvará de habite-se;
- Boletim de informação cadastral de imóvel;
- Comprovante de pagamento de IPTU;
- Autos de vistoria e fiscalização;
- Boletim de ocorrência policial;
- Contrato de financiamento imobiliário;
- Faturas de fornecimento de água, energia elétrica e telefonia;
- Cópias de processos judiciais ou administrativos;
- Autos de justificação judicial;
- Sentença judicial declaratória.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE OUTORGAS

FOLHA Nº 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS URBANOS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE ANTEPROJETO

A empresa

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

vem através deste re-

querer, desta Comissão, a aprovação do Anteprojeto anexo a este pleito, do empreendimento abaixo caracterizado.

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

PREENCHIMENTO INCORPÓREO DO FORMULÁRIO 1 - RESUME O CAMPO DE OPÇÕES DE RESERVA DE ÁREAS AO MUNICÍPIO

Denominação:	DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	
ÁREA TOTAL PROJETADA:	0,95 m ²	EDIV/01
ÁREA DE APP PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA VERDE TOTAL PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA VERDE FORA DE APP PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA VERDE EM APP PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA INSTITUCIONAL PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
ÁREA LOTÁVEL PROJETADA:	0,00 m ²	EDIV/01
QUANTIDADE DE LOTES:	0,00	PREENCHER QUANTIDADE DE LOTES

O EMPREENDIMENTO SERÁ IMPLANTADO EM MÓDULO?

☐ SIM
☐ NÃO

QUANTOS MÓDULOS?

EDIV/01

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS

ÁREA TOTAL PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA DE APP PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA VERDE TOTAL PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA VERDE FORA DE APP PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA VERDE EM APP PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA VIAS DE CIRCULAÇÃO PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA INSTITUCIONAL PROJETADA-POR MÓDULO:	
ÁREA LOTÁVEL PROJETADA-POR MÓDULO:	0,00 m ² 0,00 m ² 0,00 m ²

MONTE CARMELO-MG

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

Praca Dr. João Vitorino, 272, Centro
 Monte Carmelo-MG
 CEP: 36.500-000
 Telefone: (35) (34) 3841-1888
 e-mail: SECRETARIA@MCMONTECARMELO.MG.GOV.BR
www.montecarmelo.mg.gov.br

PROTOCOLO

AUTORIZAÇÃO 2 CARTEIRO

FICHA Nº 12 - PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

PÁGINA 12 - IMPRESSÃO TÍPOGRAFICA DO ANEXO 12(A)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2022

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

ANÁLISE TÉCNICA DA CTAAPS - LEI MUNICIPAL N° XXX DE XX/XX/XX

OK	NOK	NA
----	-----	----

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA

OK	NOK	NA
----	-----	----

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA

ART. 19, INCISO I

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA J

ART. 19, INCISO II

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA L

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA A

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA M

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA B

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA N

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA C

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA O

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA D

ART. 19, INCISO III

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA E

ART. 19, INCISO IV

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA F

ART. 19, INCISO V

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA G

ART. 19, INCISO VI

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA H

ART. 19, INCISO VII

ART. 19, INCISO II, ALÍNEA I

PARCER DA CTAAPS


☐ PEDIDO INDEFERIDO - VIDE OBSERVAÇÕES
☐ PEDIDO DEFERIDO COM RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES
☐ PEDIDO DEFERIDO SEM RESTRIÇÕES

MONTE CARMELO-MG

_____/_____/_____

OBSERVAÇÕES:

Praça Getúlio Vargas, 372, Centro Monte Carmelo-MG CEP: 38.502-000 Telefone: +55 (34) 3842.1882 e-mail: desembargador@dm.mg.gov.br dm.mg.gov.br	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> PROTOCOLO _____ ASSINATURA E CARIMBO </div>
--	---

FOMULÁRIO 01 - PEDIMENTO DE REGISTRAÇÃO DE IMPREVEDIBILIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO 2017/2019 COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ASSINATURAS DOS MEMBROS DA CTAAPF	FOLHA 01 - IMPRESSÃO COPIADA EM TUAZ CTAAP <div style="text-align: center;">  </div>
--	---

_____ EN/D EN/D ENDEMENTO DA CTAAPF	_____ EN/D EN/D PRESIDENTE
_____ EN/D EN/D VICE-PRESIDENTE	_____ EN/D EN/D 1º SECRETÁRIO (A)
_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SMAD 1	_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SMISU 1
_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE DMAR 1	_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE FOM 1
_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SGM 1	_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SNG 1
_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SRF 1	_____ EN/D EN/D REPRESENTANTE SREC 1

ANTEPROJETO APROVADO EM:

MONTE CARMELO-MG

_____/_____/_____

Praça Getúlio Vargas, 372, Centro Monte Carmelo-MG CEP: 38.502-000 Telefone: +55 (34) 3842.1882 e-mail: desembargador@dm.mg.gov.br dm.mg.gov.br	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> PROTOCOLO _____ ASSINATURA E CARIMBO </div>
--	---

FORMULÁRIO 10 - PREQUISITÓRIOS DE CERTIDÃO DE Nº. 016 X 1011

FABRICA 51 - INSCRIÇÃO ORÇAMENTAL DE 2011/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO

A empresa **RAÍSA SOCIAL DO EMPREENDEDOR** vem através deste requerer, do órgão abaixo assinalado, a emissão da CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA abaixo assinalada, para o empreendimento **DEMONSTRAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

☐ DMAR - CERTIDÃO - ART. 19, INCISO IV, LEI MUNICIPAL Nº XXX DE XX/XX/XX
☐ SMISU - CERTIDÃO - ART. 19, INCISO VI, LEI MUNICIPAL Nº XXX DE XX/XX/XX
☐ SMC - CERTIDÃO - ART. 19, INCISO VII, LEI MUNICIPAL Nº XXX DE XX/XX/XX
☐ SMC - CERTIDÃO - ART. 19, INCISO VIII, LEI MUNICIPAL Nº XXX DE XX/XX/XX

MONTE CARMELO-MG

RAÍSA SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

RAÍSA SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

ANÁLISE DO ÓRGÃO REQUISITADO - ART. 21, LEI MUNICIPAL Nº XXX DE XX/XX/XX

OP	NOM	NA	DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA	OP	NOM	NA	DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA
<input type="checkbox"/>			ART. 21, INCISO I	<input type="checkbox"/>			ART. 21, INCISO II
<input type="checkbox"/>			ART. 21, INCISO III	<input type="checkbox"/>			

PARER DO ÓRGÃO REQUISITADO

☐ PEDIDO INDEFERIDO - VIDE OBSERVAÇÕES
☐ PEDIDO DEFERIDO COM RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES
☐ PEDIDO DEFERIDO SEM RESTRIÇÕES

OBSERVAÇÕES:

MONTE CARMELO-MG

 INCORRATO
 INCORRATO
 INCORRATO

PROTOCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

Praça Benedito Vargas, 272, Centro
 Monte Carmelo-MG
 CEP 38.500-000
 Telefone: (45) (41) (34) 3982
 e-mail: @MONTESCARMELO.MG.GOV.BR
 WWW.MONTESCARMELO.MG.GOV.BR

PÚBLICA Nº. CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA 0000

FABRICA 51 - INSCRIÇÃO ORÇAMENTAL

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - DMAR

Nº:

O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo - DMAR, autarquia municipal com sede a Avenida Orestes Maciel, 480, Centro, Monte Carmelo-MG, através de seu Diretor (a) Geral, encaminhado, certifica, que o empreendimento:

DEMONSTRAÇÃO DO EMPREENDEDOR

do empreendedor:

RAÍSA SOCIAL DO EMPREENDEDOR

possui viabilidade técnica conforme indicado abaixo.

DESCRIÇÃO DO ITEM																	
SIM	NÃO																
POSSIBILIDADE DE INTERLIGAÇÃO AO EMISSÁRIO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO DNAS																	
POSSIBILIDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ATRAVÉS DA REDE EXISTENTE DO DNAS																	
OBSERVAÇÕES:																	
MONTE CARMELO-MG																	
_____ DIRETOR (A) GERAL DNAS																	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;">Praça Sutilino Vargas, 373, Centro Monte Carmelo-MG CEP: 38.500-000 Telefone: +55 (31) 3942-1982 e-mail: SECRETARIAMUNICIPAL@MG.SUT.RJ www.sutemontecarmelo.mg.sut.rj</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">PROTOCOLO _____ ASSINATURA E CARIMBO</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;">FUNDADO: 1-6 - CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMS</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO 2017/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMSU Nº: _____</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">A Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos - SMSU, com sede a Rua Santa Catarina, 28, Vila Nova, Monte Carmelo-MG, através de seu Secretário (a) infrassinado, CERTIFICA, que o empreendimento: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-top: 5px;">_____ do empreendedor:</div><div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-top: 5px;">_____ FAZU LÍMITE DO EMPREENDIMENTO</div>possui viabilidade técnica conforme indicado abaixo. <table style="width: 100%;"><thead><tr><th style="width: 10%; text-align: center;">SIM</th><th style="width: 10%; text-align: center;">NÃO</th><th style="width: 80%;">DESCRIÇÃO DO ITEM</th></tr></thead><tbody><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>POSSIBILIDADE DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DA LINHA DE TRANSPORTE COLETIVO</td></tr></tbody></table><div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">OBSERVAÇÕES:</div><div style="border: 1px solid black; padding: 5px; height: 100px;"></div><div style="text-align: center; margin-top: 10px;">MONTE CARMELO-MG</div><div style="text-align: center; margin-top: 20px;">_____ SECRETÁRIO (A) SMSU</div><div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div style="width: 45%; border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;">Praça Sutilino Vargas, 373, Centro Monte Carmelo-MG CEP: 38.500-000 Telefone: +55 (31) 3942-1982 e-mail: SECRETARIAMUNICIPAL@MG.SUT.RJ www.sutemontecarmelo.mg.sut.rj</div><div style="width: 45%; border: 1px solid black; padding: 5px;">PROTOCOLO _____ ASSINATURA E CARIMBO</div></div></div>	SIM	NÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DA LINHA DE TRANSPORTE COLETIVO	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;">FUNDADO: 1-6 - CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMS</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO 2017/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMS Nº: _____</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">A Secretária Municipal de Saúde - SMS, com sede a Rua Duque de Caxias, 185, Tandoril, Monte Carmelo-MG, através de seu Secretário (a) infrassinado, CERTIFICA, que o empreendimento: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-top: 5px;">_____ do empreendedor:</div><div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-top: 5px;">_____ FAZU LÍMITE DO EMPREENDIMENTO</div>possui viabilidade técnica conforme indicado abaixo. <table style="width: 100%;"><thead><tr><th style="width: 10%; text-align: center;">SIM</th><th style="width: 10%; text-align: center;">NÃO</th><th style="width: 80%;">DESCRIÇÃO DO ITEM</th></tr></thead><tbody><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES</td></tr></tbody></table><div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">OBSERVAÇÕES:</div><div style="border: 1px solid black; padding: 5px; height: 100px;"></div><div style="text-align: center; margin-top: 10px;">MONTE CARMELO-MG</div></div>	SIM	NÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES
SIM	NÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM															
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR															
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DA LINHA DE TRANSPORTE COLETIVO															
SIM	NÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM															
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES															

SECRETÁRIO (A) SMEC

França Odílio Vargas, 373, Centro
Monte Carmelo-MG
CEP: 38.500-005
Telefone: +55 (31) 3843-1880
E-mail: SECRETARIA@SEMONT.MG.GOV.BR
WWW.SEMONT.CARMELI-MG.GOV.BR

PROTOCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

FORMULÁRIO 3-2 - CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO 2017/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CERTIDÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA - SMEC

Nº: _____

A Secretária Municipal de Educação e Cultura - SMEC, com sede a Avenida Dona Clara, 36 Vila Nova, Monte Carmelo-MG, através do seu Secretário (a) infrassinado, CERTIFICA, que o empreendimento:

_____ do empreendedor:

BALANÇO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

possui viabilidade técnica conforme indicado abaixo.

SIM	NÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	POSSIBILIDADE DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES

OBSERVAÇÕES:

MONTE CARMELO-MG

SECRETÁRIO (A) SMEC

França Odílio Vargas, 373, Centro
Monte Carmelo-MG
CEP: 38.500-005
Telefone: +55 (31) 3843-1880
E-mail: SECRETARIA@SEMONT.MG.GOV.BR
WWW.SEMONT.CARMELI-MG.GOV.BR

PROTOCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

FORMULÁRIO 3-4 - REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO 2017/2018
COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES

A empresa _____, BALANÇO SOCIAL DO EMPREENDEDOR _____, vem através deste requerer desta Comissão, a aprovação dos Projetos Complementares anexos a este pleito, do empreendimento:

DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MONTE CARMELO-MG

BALANÇO SOCIAL DO EMPREENDEDOR	BALANÇO SOCIAL DO EMPREENDEDOR
R\$ 0,00.000/0000-00	R\$ 0,000.000/0000-00
NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA	NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA
CNPJ DE QUEM ASSINA	CNPJ DE QUEM ASSINA
RG DE QUEM ASSINA	RG DE QUEM ASSINA

DESCRIÇÃO DOS PROJETOS ANEXOS PARA APROVAÇÃO

PROJETO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL - DUA	
<input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO - VIDE OBSERVAÇÕES	
<input type="checkbox"/> APROVADO C/ RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES	INCORRETO
<input type="checkbox"/> APROVADO SEM RESTRIÇÕES	INCORRETO

PROJETO DE REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - DNAR

<input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO - VIDE OBSERVAÇÕES	
<input type="checkbox"/> APROVADO C/ RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES	INCORRETO
<input type="checkbox"/> APROVADO SEM RESTRIÇÕES	INCORRETO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO - SIEU

<input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO - VIDE OBSERVAÇÕES	
<input type="checkbox"/> APROVADO C/ RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES	INCORRETO
<input type="checkbox"/> APROVADO SEM RESTRIÇÕES	INCORRETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL - SMIH

<input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO - VIDE OBSERVAÇÕES	
<input type="checkbox"/> APROVADO C/ RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES	INCORRETO
<input type="checkbox"/> APROVADO SEM RESTRIÇÕES	INCORRETO

PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CEMIG

<input checked="" type="checkbox"/> RECEBIDO SEM APROVAÇÃO DA CEMIG	
<input type="checkbox"/> RECEBIDO COM APROVAÇÃO DA CEMIG	INCORRETO

França Odílio Vargas, 373, Centro
Monte Carmelo-MG
CEP: 38.500-005
Telefone: +55 (31) 3843-1880
E-mail: SECRETARIA@SEMONT.MG.GOV.BR
WWW.SEMONT.CARMELI-MG.GOV.BR

PROTOCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

FORMULÁRIO 14 - REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJETO COMPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

PROJETO DE RCDUPO

☐ REPROVADO - VIDE OBSERVAÇÕES

☐ APROVADO C/ RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES

☐ APROVADO SEM RESTRIÇÕES

PROJETO DISPENSÁVEL

PROJETO DISPENSÁVEL

OBSERVAÇÕES:

PROJETOS COMPLEMENTARES APROVADOS EM:

MONTE CARMELO-MG

BR/S

BR/S

PRESIDENTE

Praca Getúlio Vargas, 373, Centro

Monte Carmelo-MG

CNPJ: 36.950.000

Telefone: +55 (34) 3842-1842

E-mail: GEARFUNDACAO@GMAIL.COM.BR

WWW.MONTECARMELO-MG.GOV.BR

PROTÓCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

FORMULÁRIO 15 - REQUERIMENTO DE ANÁLISE DE LOTAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE LOTAMENTO

A empresa

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

com através deste requerer

desta Comissão, a aprovação final do empreendimento:

DEMONSTRAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MONTE CARMELO-MG

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDEDOR

00.000.000/0000-00

NOME COMPLETO E TELEFONE DE QUEM ASSINA

CPF DE QUEM ASSINA

RG DE QUEM ASSINA

OR	NOX	NA	DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA	OR	NOX	NA	DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO I	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VI
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO II	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VII
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO III	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO III, ALÍNEA A	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA A
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO III, ALÍNEA B	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA B
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO III, ALÍNEA C	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA C
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO III, ALÍNEA D	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO IV	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA E
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO V	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ART. 27, INCISO VIII, ALÍNEA F

PARECER DA CTAAPS

☐ PEDIDO INDEFERIDO - VIDE OBSERVAÇÕES

☐ PEDIDO DEFERIDO COM RESTRIÇÕES - VIDE OBSERVAÇÕES

☐ PEDIDO DEFERIDO SEM RESTRIÇÕES

OBSERVAÇÕES:

Praca Getúlio Vargas, 373, Centro

Monte Carmelo-MG

CNPJ: 36.950.000

Telefone: +55 (34) 3842-1842

E-mail: GEARFUNDACAO@GMAIL.COM.BR

WWW.MONTECARMELO-MG.GOV.BR

PROTÓCOLO

ASSINATURA E CARIMBO

FORMULÁRIO 16 - REQUERIMENTO DE ANÁLISE DE LOTAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA CTAAPS

ENOME?

ENOME?

ENGENHEIRO DA CTAAPS

ENOME?

ENOME?

1º SECRETÁRIO (A)

[illegible]